

PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL

(PAP-PCJ) 2017-2020

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2019 E
PROGRAMAÇÃO PARA 2020**

Março/2020 

1. INTRODUÇÃO

Foi aprovado, em 16 de dezembro de 2016, como uma das metas do Contrato de Gestão, celebrado entre a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas – ANA, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/2016, o Plano de Aplicação Plurianual para aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ (PAP-PCJ) para o período 2017 a 2020.

O PAP-PCJ é considerado instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União, nas Bacias PCJ, para o período de 2017 a 2020.

O PAP-PCJ 2017-2020 contém programas e subprogramas do Plano de Bacias 2010-2020, priorizados pelos Comitês PCJ, com parte das ações possíveis de serem financiadas, e com intuito de alcançar as metas intermediárias constantes do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, além da estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada um dos programas, considerando tais ações como demandas priorizadas.

Todas as ações priorizadas no PAP-PCJ 2017-2020 são de responsabilidade da Agência das Bacias PCJ a sua contratação.

Em 15 de dezembro de 2018, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 286/2017, os Comitês PCJ aprovaram a minuta do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 celebrado entre a ANA e a Agência das Bacias PCJ. Com este segundo termo aditivo foram acrescentadas algumas metas e indicadores para a gestão nos anos de 2019 e 2020, quando finda a delegação à Agência das Bacias PCJ das funções de Agência de Água das Bacias PCJ.

O presente documento evidencia de forma resumida o relatório sobre a execução do PAP PCJ 2017-2020, em especial, para o exercício de 2019 e a programação dos valores e ações a serem executadas em 2020, após o qual deverá ser elaborado novo PAP para o período sequente 2021-2024, com base nas ações constantes do Plano das Bacias PCJ 2020-2035. Buscou-se apresentar informações sobre as atividades realizadas, os valores aprovados pelos Comitês PCJ, os valores contratados e executados, bem como a inclusão de ações e remanejamentos de valores propostos em função de solicitações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e Entidades do Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos e que dependem da apreciação da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) e, posteriormente, da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL).

2. DELIBERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP PCJ 2017-2020

Em atendimento ao Art.2º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/2016, de 16/12/2016, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2017-2020, e dá outras providências, entre elas, caberá à Agência das Bacias PCJ, em destaque:

I -

II -

III - **atualizar, até o dia 31 de março de cada ano**, os valores das ações previstas, de acordo com os valores contratados anualmente;

IV - propor o remanejamento de saldos não utilizados para outras ações ainda não contratadas e constantes do PAP-PCJ 2017-2020;

V - propor a inclusão ou exclusão de ações com base em demandas futuras e na efetiva arrecadação de recursos da Cobrança Federal PCJ.

Considerando o **Art. 3º**, da referida Deliberação, **fica delegado** à Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (**CT-PB**):

I - por meio do seu Grupo de Acompanhamento do Plano (GT-Acompanhamento), a função de acompanhar a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2017-2020, a serem implementadas pela Agência das Bacias PCJ;

II - aprovar propostas da Agência das Bacias PCJ, conforme incisos IV e V do art. 2º desta deliberação, desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos não ultrapasse a 10% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2017-2020;

III - elaborar e encaminhar à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), **até 30 de abril de cada ano**, relatório sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2017-2020.

Parágrafo único. Ocorrendo a rejeição de proposta, pela CT-PB, apresentada nos termos do inciso II do caput deste artigo, caberá recurso administrativo à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL).

No **Art. 4º** da Deliberação em questão, consta que **fica delegado** à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (**CT-PL**):

I - aprovar propostas da Agência das Bacias PCJ, conforme incisos IV e V do art. 2º desta deliberação, desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos seja superior a 10% e não ultrapasse a 25% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2017-2020;

II - apreciar recursos administrativos apresentados pela Agência das Bacias PCJ, conforme disposto no parágrafo único do art. 3º desta deliberação;

III - **apreciar, até 30 de junho de cada ano, relatório da CT-PB** sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2017-2020, informando os Plenários dos Comitês PCJ e propondo medidas, quando couber.

Parágrafo único. Ocorrendo a rejeição de proposta ou recurso administrativo, pela CT-PL, apresentados nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, caberá recurso administrativo aos Plenários dos Comitês PCJ.

3. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL - PAP PCJ 2017-2020

3.1. O PAP-PCJ se pauta pelas seguintes premissas:

I. Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas e metas estabelecidos no Plano das Bacias Hidrográficas Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e com as metas definidas no Contrato de Gestão firmado entre a Agência das Bacias PCJ e a ANA;

II. As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a área das Bacias PCJ, de forma a otimizar a aplicação dos recursos;

III. Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social, monitoramento e educação ambiental com foco em recursos hídricos.

3.2. São objetivos do PAP-PCJ:

I. Buscar as metas estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2010/2020 e no Contrato de Gestão, consideradas prioritárias no período de 2017 a 2020;

II. Aumentar a disponibilidade de água e reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia;

III. Apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo;

IV. Fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos;

V. Complementar as ações de monitoramento hídrico quali-quantitativo, atendendo as especificidades dos Comitês PCJ;

VI. Intensificar as parcerias com as Prefeituras Municipais visando a ampliação do Programa Municipal de Recursos Hídricos;

VII. Intensificar as ações de Educação Ambiental e Comunicação Social;

VIII. Dar suporte técnico e administrativo aos Comitês PCJ;

IX. Atender as ações previstas nos Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ.

3.3. Os recursos para a implementação dos programas e ações previstos no PAP-PCJ são:

I. Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água em rios de domínio federal;

- II. Rendimentos financeiros eventualmente auferidos no período;
- III. Doações ou outras formas de parcerias.
- 3.4.** São metas passíveis de investimentos para fins de execução no período de 2017 a 2020:

I – Aquelas dos indicadores abaixo relacionados inseridos no Contrato de Gestão firmado com a ANA e aquelas acrescidas por conta da assinatura do segundo Termo Aditivo do Contrato de Gestão com a ANA, aprovado pelos Comitês PCJ em 15/12/2017:

A - Indicador 2 – Planejamento e Gestão:

2A - Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos disponíveis e Relatório anual de Acompanhamento das ações executadas;

2B - Relatório de Situação das Bacias PCJ Simplificado contendo informações sobre: disponibilidade e qualidade das águas; demandas e usos múltiplos; implementação dos instrumentos de gestão; registros de eventos críticos; e elaboração de termo de referência para estudos e pesquisas visando o Plano de adaptação às mudanças climáticas;

2C - Relatório bianual da execução das ações previstas no Plano das Bacias PCJ 2010/2020.

B - Indicador 3 – Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

3A – Índice de Desembolso Anual;

3B – Índice de Desembolso Acumulado;

3C – Avaliação da Cobrança pelos usuários;

3F – Proposição aos Comitês PCJ de novos valores a serem cobrados.

C - Indicador 4 – Gestão da Informação e Transparência

4A – Criação e manutenção de Portal para acompanhamento via web da aplicação dos recursos;

4B – Implantação, Operacionalização e Manutenção do Projeto Ed Digital;

4C – Implantação da Certificação da ISO 9001

II – As metas estabelecidas no Plano das Bacias 2010-2020 relacionadas com o enquadramento.

- 3.5.** Para o período de abrangência do presente Plano de Aplicação Plurianual 2017 a 2020, as ações a serem desenvolvidas foram agrupadas em **13 temas**, e as atividades abaixo foram elencadas

conforme o PAP PCJ aprovado para o período de 2017 a 2020, e ainda considerando a reavaliação da execução do PAP PCJ para os exercícios de 2017, 2018 e 2019 e a reprogramação para a execução das ações no exercício de 2020:

I. SISTEMA DE INFORMAÇÕES

O Sistema de Informações das Bacias PCJ está sendo estruturado no âmbito da Agência das Bacias PCJ e é composto por diversas redes de monitoramento e um Sistema de Suporte à Decisão – SSD-PCJ, que é um software que permite combinar alocação de quantidade de água e qualidade possibilitando assim a modelagem de determinado corpo d'água, em função de determinados cenários e premissas.

Para este grupo estão previstas as seguintes atividades:

1. Ações no âmbito da Política de Monitoramento e Gestão da Informação:
 - a) Gerenciamento e acompanhamento do desenvolvimento de atualizações do Sistema SSD-PCJ;
 - b) Informações Hidrometeorológicas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação PCJ;
 - c) Informações Hidrológicas:
 - c1 - Informações Hidrológicas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação PCJ;
 - c2 – Desenvolvimento de modelo de previsão de vazão com base em previsões meteorológicas;
 - d) Informações de Qualidade das Águas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação PCJ;
 - e) Informações de Águas Subterrâneas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação PCJ;
 - f) Estruturação e Apoio ao funcionamento da Sala de Situação, com elaboração de manual.
2. Ações de Tecnologia da Informação na Agência das Bacias PCJ;
3. Contratação de serviços de Apoio Operacional à Coordenação de Sistema de Informações da Agência das Bacias PCJ.

II. PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA

Os rios das Bacias PCJ foram enquadrados em classes de uso preponderantes por meio do Decreto Estadual Paulista nº 10.755, de 22 de novembro de 1976, para os trechos paulista e como classe 2 para os trechos mineiros pela Resolução

CONAMA nº 357/2005, e desde então a situação de muitos trechos de rios se deterioraram necessitando de uma estratégia para a sua recuperação.

O Plano das Bacias PCJ 2010-2020 trouxe uma proposta para recolocá-los no enquadramento proposto, assim várias ações devem ser realizadas para alcançar este objetivo, para o período 2017 a 2020, quando serão desenvolvidas as seguintes ações:

1. Encaminhamento e Acompanhamento das discussões sobre a proposta de enquadramento junto aos Conselhos Estaduais Paulista e Mineiro (CRH's), bem como no Conselho Nacional (CNRH);
2. Contratação de estudos e propostas de melhorias da eficiência operacional das ETEs municipais;
3. Acompanhamento das ações e resultados nos trechos reenquadráveis visando a manutenção dos cursos d'água nas classes de qualidade.

III. PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS

O Programa Municipal de Recursos Hídricos é um ambicioso projeto de parceria proposto pelos Comitês PCJ aos municípios e visa basicamente a implantação de uma Política Municipal de Recursos Hídricos baseados em uma legislação municipal capaz de conhecer e planejar ações em toda a malha hídrica do município, possibilitando assim que a gestão dos recursos hídricos chegue nos corpos d'água menores indo até as nascentes. Nesse sentido, estão previstas para o período de abrangência deste PAP-PCJ as seguintes atividades:

1. Revisão e atualização dos objetivos da Política Municipal de Recursos hídricos;
2. Definição das etapas de implantação da Política Municipal de Recursos Hídricos.

IV. POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAIS

Depois de um longo processo de discussão, as Câmaras Técnicas de Uso e Conservação da água no Meio Rural (CT-RURAL) e de Recursos Naturais (CT-RN) propuseram aos Comitês PCJ, sendo aprovada por unanimidade, a Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais que tem por objetivos:

- I. Promover ações para conservação das águas nas Bacias PCJ promovendo a regularidade da disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade;
- II. Priorizar programas e projetos que envolvam parcerias e ações público/privadas voltadas à conservação das águas, com vistas à continuidade das ações contempladas nesta Política;
- III. Apoiar os programas, os projetos e as ações que visem à implantação e à consolidação das políticas municipais de recursos hídricos nas Bacias PCJ;

IV. Apoiar ações conjuntas entre municípios de modo a garantir a conservação dos recursos hídricos e de mananciais de abastecimento;

V. Implantar um sistema de informações sobre as áreas de interesse para apoiar a gestão de recursos hídricos;

VI. Fornecer dados para composição de bancos e sistemas de informações dos Comitês PCJ;

VII. Definir critérios tanto para a inclusão e priorização das ações de recuperação, conservação e proteção dos mananciais, nas áreas de interesse dos Planos das Bacias e Florestal PCJ, bem como para a previsão e utilização de recursos financeiros;

VIII. Valorizar e reconhecer os proprietários e produtores rurais como parte fundamental no processo recuperação, conservação e proteção dos mananciais;

IX. Promover e ampliar a participação das entidades representativas do setor rural;

X. Fomentar os programas e aplicar os recursos técnicos e os financeiros conforme esta Política.

Nesse sentido, foram criados 4 programas para o atingimento dos objetivos propostos, reavaliados e aprovados pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/2018, quais sejam:

✓ **Programa 1** - Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse;

✓ **Programa 2** - Pagamento por Serviços Ambientais – PSA (Ações e Incentivo);

✓ **Programa 3** - Apoio a Áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos;

✓ **Programa 4** - Proteção da Mata Atlântica e Cerrado.

Assim, a alocação de recursos financeiros ora apresentada visa atender as demandas que advirão dos chamamentos públicos que serão feitos, bem como em atendimento aos projetos que já se encontram em desenvolvimento nas Bacias PCJ, conforme segue:

1 - Programa de Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse:

a) Estudos e Projetos;

b) Serviços.

2 - Programa de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA:

a) **PSA – Ações:** Contempla ações, como obras e serviços propostos nos PIPs, especificamente voltadas à restauração ecológica e ao monitoramento da execução, com objetivo de pagamento aos proprietários. Entende-se que o monitoramento será feito por meio de uma UCE – Unidade Coordenadora de Execução;

b) **PSA – Pagamento,** contempla recursos destinados ao pagamento de proprietários protetores-recebedores que gerem serviços ambientais relacionados à disponibilidade de água em qualidade e quantidade.

3 – O Programa de Apoio a Áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos:

a) Estudos, Planos e Projetos;

b) Serviços.

4 – Proteção da Mata Atlântica e Cerrado.

a) Estudos e Projetos;

b) Serviços.

5 – Projeto LUISA – (Levantamento de Unidades para Irrigação e Serviços Ambientais) que visa o desenvolvimento e manutenção de software e licenças para cadastramento e mapeamento das propriedades rurais visando facilitar o processo de desenvolvimento dos Projetos Integrais das Propriedades – PIPs, relatórios e divulgação das atividades no âmbito da presente Política;

6 – Parceria com a AGENCAMP e com a SOS Mata Atlântica – Estabelecimento de uma parceria com a Agência da Região Metropolitana de Campinas que é “braço executivo” da Região Metropolitana de Campinas – RMC que visa ações de recuperação e proteção das nascentes nos 22 municípios que a compõe e com a SOS Mata Atlântica para execução de ações de recomposição florestal e serviços correlatos ao plantio na área das Bacias PCJ;

7 – Contratação de serviços de apoio operacional à Diretoria Técnica com foco na assessoria ambiental da Agência PCJ, responsável pelo acompanhamento da execução da referida Política de Mananciais PCJ.

V - RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA

A recuperação da qualidade das águas nas Bacias PCJ sempre foi a prioridade máxima dos Comitês PCJ, como ficou consignado nos Planos das Bacias PCJ aprovados ao longo desses 25 anos de atividades.

Este trabalho todo dos Comitês PCJ e dos responsáveis pelos serviços de saneamento resultou numa expressiva elevação dos índices de tratamento de esgotos

gerados passando de **48%** em 2010 para **75%** em 2018, fato este que vem contribuindo para o atingimento da meta de tratamento de esgoto prevista no Plano das Bacias PCJ 2010-2020. Para o período de 2017 a 2020 estão previstas as seguintes atividades:

1 - Contratação de prestação de serviços visando estudos para melhoria da eficiência dos sistemas para lodo de ETA e ETE;

2 - Remuneração do Agente Técnico;

3 - Contratação de Serviços visando a Elaboração do Plano Diretor de Reuso;

4 - Contratação de ações no âmbito da Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ:

a) Plano de Segurança da Água;

b) Índice de Salubridade Ambiental;

c) Estudo Sobre condições de tratabilidade da água.

5 - Contratação de Estudo visando adequação das ETEs industriais visando o enquadramento;

6 - Elaboração de Projetos Básicos ou Executivos e Licenciamento para ETEs municipais;

7 - Ações a serem financiadas como demanda espontânea.

VI. PROGRAMA DE USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS

O Uso Racional dos Recursos Hídricos é um dos objetivos da implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, sendo uma das formas de se buscar o uso racional, além de ações de gestão de demanda que visam combater as perdas de água que ocorrem nas redes de distribuição de água nos municípios.

Nas Bacias PCJ, este programa constitui uma das principais metas do Plano das Bacias 2010-2020 onde vem sendo aportados recursos financeiros significativos das Cobranças PCJ e do FEHIDRO.

Em função desta estratégia, os Comitês PCJ e a Agência das Bacias PCJ foram agraciados com o Prêmio “Casos de Sucesso em Saneamento Básico + Perdas de Água 2016” concedido pelo Instituto Trata Brasil.

É importante destacar que não basta que os Comitês e a Agência das Bacias PCJ tenham iniciativas de planejamento, o mais importante é que os Serviços de Saneamento, quer sejam Prefeituras, Autarquias, Empresas Públicas Estatais ou Privadas atuem com planejamento nessa área, sendo que isso é que realmente vem fazendo a diferença nas Bacias PCJ. Para o período de 2017 a 2020 estão previstas as seguintes atividades:

- 1- Ações a serem financiadas como demanda espontânea;
- 2- Contratação de serviço de apoio operacional à Coordenação de Projetos.

VII – CADASTROS E OUTORGAS

Nas Bacias PCJ há três domínialidades de rios com suas legislações específicas, portanto, existe a necessidade de unificar os cadastros de usuários e de outorgas existentes de forma a dar mais agilidade e consistência para as informações existentes. Para o período 2017 a 2020 estão previstas as seguintes atividades:

- 1 - Apoio aos trabalhos de Fiscalização, Cadastramento, Licenciamento e Regularização de outorgas de poços tubulares profundos e captações superficiais;
- 2 - Parceria com entidades ligadas ao setor para realização de outorgas de uso no meio rural;
- 3 - Desenvolvimento do Sistema da Cobrança PCJ e estudos para revisão dos valores da Cobrança PCJ.

VIII – MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO

O assoreamento dos corpos d'água é preocupante, notadamente, em função dos problemas de enchentes, mas para o abastecimento público também pode acarretar graves problemas. Para o período do PAP-PCJ 2017-2020 está previsto estudos quanto ao assoreamento e planos de macrodrenagem para as seguintes áreas:

- 1 - Bacia do Rio Jundiáí;
- 2- Bacia do Rio Capivari;
- 3 - Revisão Plano Diretor de Macrodrenagem do Ribeirão Quilombo;
- 4 - Canal de Piracaia e Rio Atibainha;
- 5 – Rio Camanducaia;
- 6 – Córrego Divinéia.

IX – PLANOS DIRETORES E ESTUDOS

Os Planos Diretores e os estudos específicos para alguns problemas nas Bacias PCJ se constituem em importantes iniciativas para diagnosticar e planejar ações visando aumentar a segurança hídrica da região, bem como resolver problemas localizados. Nesse sentido, no período de abrangência deste PAP estão previstos os seguintes Planos Diretores e Estudos:

- 1- Plano Municipal de Saneamento básico;
- 2 -Plano Diretor de Combate às Perdas;
- 3 - Plano de Bacias;
- 4 - Estudo de Alternativas para Abastecimento público na Bacia do Rio Corumbataí;
- 5 - Estudo para definição de áreas de restrição e Controle de Captação e Uso das Águas Subterrâneas;
- 6 - Estudo de Avaliação da Disponibilidade Hídrica e recarga do Sistema Aquífero Guarani;
- 7 - Contratação de prestação de serviços para desenvolvimento de metodologia visando a definição de uso insignificante nas Bacias PCJ;
- 8 - Estudos para caracterização das fontes de poluição difusa, nas áreas urbanas e rurais;
- 9 – Estudo de Avaliação Hidrogeológica visando captação de água;
- 10 – Estudo de Benchmarking para perdas no sistema de abastecimento público e utilização de software de gestão e cadastro técnico.

X – EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

As ações de educação ambiental e de comunicação se constituem em importantes ferramentas para conscientização e a mobilização da sociedade para alcançarmos uma gestão eficiente e participativa.

É preciso levar à sociedade todo o conhecimento construído e em grande parte absorvido no âmbito dos Comitês PCJ de modo a disseminar este conhecimento e permitir uma mudança de hábitos agregando assim mais forças para a gestão dos recursos hídricos.

Os cursos e as capacitações visam dotar os membros dos Comitês e, em especial, os servidores dos serviços de saneamento de conhecimentos específicos para desempenharem cada vez melhor as suas funções e assim atingir um nível de excelência tanto na oferta de água potável quanto no tratamento dos efluentes. Para o período de 2017 a 2020 serão desenvolvidas as seguintes ações:

- 1 - Reavaliação do Projeto AQUAEDUCA; Construção de Sistema de Informações georreferenciado (online) como banco de boas Práticas de Educação Ambiental e outras medidas não estruturais;
- 2 - Contratação de serviços para levantamento de informações, criação, impressão e divulgação do relatório de gestão anual, informativos dos Comitês PCJ, folders, banners, vídeos publicações e materiais educativos;

3 - Contratação de consultoria para transformação do Plano das Bacias PCJ (linguagem técnica) em linguagem pedagógica e produção de material específico para diversas faixas etárias;

4 - Contratação de serviços visando implementação das ações previstas no Plano de Mídia PCJ;

5 - Firmar parcerias com instituições de ensino superior, visando oferecer aos membros das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ vagas em cursos de Pós-Graduação "Lato Sensu";

6 - Firmar parcerias com instituições para promover o ensino à distância (EAD) e presencial em recursos hídricos, saneamento, educação ambiental e afins, visando a realização de oficinas, cursos, seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização e de estudos e pesquisas em recursos hídricos;

7 - Firmar parcerias com instituições para promover cursos de capacitação para operadores dos serviços de saneamento;

8 – Firmar parcerias com instituições para promover curso de pós-graduação “latu sensu” de gerenciamento em águas subterrâneas;

9 - Construção e instalação de materiais educativos interativos que trabalhem Educação Ambiental, Recursos hídricos e promovam a divulgação do trabalho realizado pelos Comitês PCJ.

XI. SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ

A Secretaria Executiva dos Comitês PCJ é a responsável por todas as atividades necessárias ao bom funcionamento dos Comitês, desde a logística e o suporte para as reuniões plenárias como também para as 12 Câmaras Técnicas onde participam mais de 900 pessoas.

O incentivo à participação destes membros dos Comitês em eventos externos é outra ação que vem obtendo bons resultados, pois permite verificar o estágio das discussões e decisões nas diversas regiões do país e do mundo. As ações previstas para o período são:

1- Logística e suporte às reuniões Plenárias e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ;

2 - Eventos especiais dos Comitês PCJ, tais como: evento de comemoração aos 25 anos de implantação, Intercâmaras, simpósios;

3 - Participação de membros dos Comitês PCJ em eventos externos, tais como: Fóruns Nacional, Paulista e Mineiro de Comitês de Bacias, ABRH; ABES; ABAS; AIDRIS; ASSEMAE; Fórum das Américas e Fórum Mundial da Água, REBOB, RIOB;

4 - Tecnologias para aperfeiçoamento dos Sistemas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ;

5 - Contratação de serviço de apoio operacional à Secretaria Executiva.

XII. APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA-JAGUARI, COMITÊ PJ

A porção mineira das Bacias PCJ corresponde a 7% de todo o território da bacia, porém é nessa área que estão as nascentes mais distantes da bacia do Rio Piracicaba, quer seja pelo braço Atibaia, ou pelo Jaguari ou ainda pelo Camanducaia, consistindo, portanto, no que podemos chamar de “Caixa D’água” das Bacias PCJ.

Para atender a esse território, que é constituído pela totalidade ou parcela dos municípios mineiros de Extrema, Camanducaia, Itapeva, Toledo e Sapucaí-Mirim foi formado o Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba e Jaguari – Comitê PJ, cuja demanda maior é por ações de recuperação e proteção de mananciais, bem como de conservação do solo e da água. Assim, para o período de abrangência desse PAP estão previstas as seguintes ações:

1 - Suporte logístico, técnico e administrativo ao CBH-PJ1 por meio da ativação do Escritório Regional da Agência das Bacias PCJ junto ao IEF – Instituto Estadual de Florestas, em Camanducaia;

2 – Cadastro Ambiental Rural CAR - PCJ MINEIRO;

3 - Pagamento por Serviços Ambientais – PSA-mineiro (Ações de Restauração no âmbito do Programa 1 da Política de Mananciais PCJ);

4 - Reforma do Viveiro de Camanducaia.

XIII. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS

O Governo do Estado de São Paulo, quando da realização do I Simpósio das Bacias PCJ, em agosto de 2013, anunciou o apoio total à construção de dois reservatórios, previstos nos municípios de Pedreira e Amparo, com investimento de aproximadamente R\$ 600.000.000,00.

Em 2016, foram aprovados o Licenciamento Ambiental e o financiamento para as obras, sendo que faltam ainda as outorgas, o arranjo institucional e o debate sobre o Sistema Adutor.

Outra preocupação que surgiu no processo de licenciamento ambiental diz respeito a possibilidade de eutrofização desses reservatórios, em função dos lançamentos de efluentes domésticos e industriais à montante deles. Assim, no período do PAP-PCJ 2017-2020 estão previstas as seguintes ações:

1- Estudos de Alternativas, Projetos Básicos ou Executivos para Sistemas de Tratamento de efluentes;

2 - Obras e Serviços para sistemas de Tratamento de efluentes.

4. BALANÇO DO PAP-PCJ 2017- 2020 - EXERCÍCIO 2017

Em 2018, foi realizada a avaliação das receitas e custeio do PAP PCJ referente ao exercício de 2017 demonstrada no **Quadro 1** com atualização dos valores de acordo com a arrecadação da Cobrança PCJ Federal realizada em 2017, incluindo rendimentos de aplicação financeira e custeio. Os valores estimados para os anos de 2018 a 2020 permaneceram, a fim de ajustar o orçamento, conforme aprovado no Relatório de Execução do PAP para o exercício de 2017.

Quadro 1 – Arrecadação da Cobrança PCJ Federal em 2017 e estimativas da arrecadação para o exercício 2017 a 2020.

ANO	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	CUSTEIO	RECEITA LIQUIDA
2017	R\$ 19.387.931,34	R\$ 4.219.103,48	R\$ 23.607.034,82	R\$ 1.770.527,61	R\$ 21.836.507,21
2018 ⁽¹⁾	R\$ 20.700.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 25.700.000,00	R\$ 1.927.500,00	R\$ 23.772.500,00
2019 ⁽¹⁾	R\$ 20.700.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 25.700.000,00	R\$ 1.927.500,00	R\$ 23.772.500,00
2020 ⁽¹⁾	R\$ 20.700.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 25.700.000,00	R\$ 1.927.500,00	R\$ 23.772.500,00
TOTAL	R\$ 81.487.931,34	R\$ 19.219.103,48	R\$ 100.707.034,82	R\$ 7.553.027,61	R\$ 93.154.007,21

⁽¹⁾ Valor boletado = R\$23.000.000,00 - (estimativa de inadimplência 10% = R\$2.300.000,00) = 20.700.000,00

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira Agência das Bacias PCJ.

Desta forma, diante dos resultados apresentados, houve uma diferença de **R\$1.935.992,79** (um milhão, novecentos e trinta e cinco mil, novecentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos) a menor na receita líquida disponível para investimentos no exercício de 2017, em comparação ao previsto para o mesmo período, totalizando o montante de **R\$93.154.007,21** (noventa e três milhões, cento e cinquenta e quatro mil, sete reais e vinte e um centavos) para o período de vigência do PAP-PCJ 2017-2020. Os Grupos de ações prioritizados para execução no PAP-PCJ 2017-2020, após avaliação do exercício de 2017, tiveram o seguinte montante na alocação dos recursos aprovados, conforme **Quadro 2**.

Quadro 2 – Resumo dos valores anuais por Grupo de Ação do PAP-PCJ 2017-2020 – revisão 2017.

GRUPO	2017 - contratado	2018	2019	2020	TOTAL (R\$)
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	R\$ 1.748.177,82	R\$ 7.250.436,12	R\$ 5.100.949,94	R\$ 3.650.436,12	R\$ 17.750.000,00
PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA.	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	R\$ 375.000,00	R\$ 315.000,00	R\$ 1.290.000,00
PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 650.000,00	R\$ 175.000,00	R\$ 825.000,00
POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS.	R\$ 2.047.248,56	R\$ 5.220.664,90	R\$ 4.588.421,64	R\$ 2.205.664,90	R\$ 14.062.000,00
RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA.	R\$ 5.850.900,70	R\$ 3.210.277,30	R\$ 2.800.000,00	R\$ 650.000,00	R\$ 12.511.178,00
PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA.	R\$ 15.307.027,06	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.389.975,46	R\$ 0,00	R\$ 18.197.002,52
CADASTROS E OUTORGAS	R\$ 1.955.910,70	R\$ 3.775.000,00	R\$ 1.144.089,30	R\$ 100.000,00	R\$ 6.975.000,00
MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO.	R\$ 225.527,57	R\$ 3.874.472,43	R\$ 4.800.000,00	R\$ 125.000,00	R\$ 9.025.000,00
PLANOS DIRETORES E ESTUDOS.	R\$ 393.460,50	R\$ 2.900.000,00	R\$ 5.700.000,00	R\$ 1.650.000,00	R\$ 10.643.460,50
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL.	R\$ 1.122.342,58	R\$ 1.895.000,00	R\$ 1.731.000,00	R\$ 355.523,38	R\$ 5.103.865,96
SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ.	R\$ 1.559.924,89	R\$ 2.700.000,00	R\$ 2.350.000,00	R\$ 1.350.075,11	R\$ 7.960.000,00
APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA E JAGUARI -COMITÊ PJ.	R\$ 276.283,48	R\$ 1.800.000,00	R\$ 950.000,00	R\$ 425.000,00	R\$ 3.451.283,48
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 2.200.000,00
TOTAL	R\$ 30.486.803,86	R\$ 35.125.850,75	R\$ 32.779.436,34	R\$ 11.601.699,51	R\$ 109.993.790,46

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira – Agência das Bacias PCJ

Para a composição do total atualizado do PAP-PCJ 2017-2020, exercício 2017, considerou-se além dos **R\$93.114.007,21** (noventa e três milhões, cento e cinquenta e quatro mil, sete reais e vinte e um centavos) apurados conforme apresentado anteriormente no **Quadro 1**, o valor de **R\$16.837.617,77** (dezesseis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e dezessete reais e setenta e sete centavos) transferidos do PAP-PCJ 2013-2016 e aprovado no seu relatório final de avaliação de execução apresentado em abril de 2017 para os Comitês PCJ, totalizando o montante de **R\$109.991.624,89** (cento e nove milhões, novecentos e noventa e um mil, seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta e nove centavos).

5. BALANÇO DO PAP - PCJ 2017- 2020 - EXERCÍCIO 2018

Em 2019, foi realizada a avaliação do exercício de 2018 demonstrada no **Quadro 3** com a atualização dos valores de acordo com a arrecadação da Cobrança PCJ Federal realizada em 2017 e em 2018, incluindo rendimentos de aplicação financeira e custeio, permanecendo os valores estimados para os anos de 2019 a 2020, no intuito de ajustar o orçamento:

Quadro 3 – Arrecadação da Cobrança PCJ Federal em 2017 e 2018 estimativas da arrecadação para o exercício 2019 e 2020.

ANO	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	LIMITE PARA CUSTEIO	RECEITA LÍQUIDA
2017	R\$19.387.934,34	R\$4.219.103,48	R\$23.607.037,82	R\$1.770.527,61	R\$21.836.510,21
2018	R\$20.379.918,06	R\$3.286.351,60	R\$23.666.269,66	R\$1.774.970,25	R\$21.891.299,41
2019 ⁽¹⁾	R\$20.700.000,00	R\$5.000.000,00	R\$25.700.000,00	R\$1.927.500,00	R\$23.772.500,00
2020 ⁽¹⁾	R\$20.700.000,00	R\$5.000.000,00	R\$25.700.000,00	R\$1.927.500,00	R\$23.772.500,00
TOTAL	R\$81.167.852,40	R\$17.505.455,08	R\$98.673.307,48	R\$7.400.497,86	R\$91.272.809,62

⁽¹⁾ Valor boletado = R\$23.000.000,00 - (estimativa de inadimplência 10% = R\$2.300.000,00) = 20.700.000,00

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira Agência das Bacias PCJ.

Desta forma, diante dos resultados apresentados, no exercício de 2018 houve uma diferença de **R\$1.881.200,59** (um milhão, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos reais e cinquenta e nove centavos) a menor na receita líquida disponível para investimentos, totalizando o montante de **R\$91.272.809,62** (noventa e um milhões, duzentos e setenta e dois mil, oitocentos e nove reais e sessenta e dois centavos) para o período de vigência do PAP-PCJ 2017-2020. O valor boletado para a cobrança federal, no exercício 2018, foi num montante inferior ao previsto, bem como manutenção do índice de inadimplência próximo de **12%**, o que refletiu em menor repasse da ANA para realização de investimentos. Embora esse repasse tenha sido superior ao do exercício de 2017, ainda assim ficou abaixo da estimativa realizada em 2016, ano de aprovação do PAP PCJ 2017-2020. Outro fator que se repetiu em 2018 foi a queda dos rendimentos financeiros, a partir da diminuição dos percentuais de rentabilidade da aplicação financeira e pela expansão dos desembolsos realizados pela Agência das Bacias PCJ, refletindo na diminuição do saldo em caixa e na base de cálculo para apuração dos rendimentos financeiros.

Portanto, a composição do total atualizado do PAP-PCJ 2017-2020 considerou-se além dos **R\$91.272.809,62** (noventa e um milhões, duzentos e setenta e dois mil, oitocentos e nove reais e sessenta e dois centavos) apurados conforme apresentado anteriormente no **Quadro 3**, o valor de **R\$16.837.617,77** (dezesseis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e dezessete reais e setenta e sete centavos)

transferidos do PAP-PCJ 2013-2016 e aprovado no seu relatório final de avaliação de execução apresentado em abril de 2017 para os Comitês PCJ, totalizando o montante de **R\$108.110.427,39** (cento e oito milhões, cento e dez mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos).

No entanto, é importante ressaltar que durante o exercício de 2018 foram assinados termos aditivos de supressão aos contratos assinados em 2017 de empreendimentos de Demanda Espontânea, sendo **R\$ 106.239,34** (cento e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos) para ação 7 do grupo V, e **R\$ 2.535.654,70** (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos) para ação 1 do grupo VI. Com isso houve uma queda no valor contratado de 2017 de **R\$ 2.641.894,04** (dois milhões, seiscentos e quarenta e um mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quatro centavos). Neste sentido, esse montante poderá ser realocado para as ações a serem executadas nos exercícios de 2019 e 2020, dentro do montante de **R\$108.110.427,39**.

Ainda, em 2018, foram realizadas contratações na ação 7 do grupo V, com recursos de saldo de contratos provenientes do PAP-PCJ 2013-2016, devido à supressão de valores de contratos de demanda espontânea após a realização de processos licitatórios por parte dos tomadores, que somam **R\$7.783.077,95** (sete milhões, setecentos e oitenta e três mil, setenta e sete reais e noventa e cinco centavos), elevando o montante disponível do PAP-PCJ 2017-2020 para **R\$115.893.505,34** (cento e quinze milhões, oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e cinco reais e trinta e quatro centavos). O **Quadro 4** a seguir apresenta os valores anuais por grupo de ação do PAP PCJ 2017-2020 após a revisão dos valores referentes ao exercício 2018.

Quadro 4 – Resumo dos valores anuais por Grupo de Ação do PAP-PCJ 2017-2020 – revisão 2018

GRUPO	2017 - contratado	2018 - contratado	2019	2020	TOTAL
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	R\$1.748.177,82	R\$3.252.899,10	R\$9.537.500,00	R\$8.787.500,00	R\$23.326.076,92
PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$500.000,00	R\$500.000,00
PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAIS	R\$2.047.248,56	R\$966.298,32	R\$4.665.301,68	R\$6.383.151,44	R\$14.062.000,00
RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA	R\$5.744.661,36	R\$8.770.494,45	R\$2.875.000,00	R\$1.175.000,00	R\$18.565.155,81
PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA	R\$12.771.372,36	R\$1.310.024,54	R\$1.588.139,92	R\$1.600.000,00	R\$17.269.536,82
CADASTROS E OUTORGAS	R\$1.955.910,70	R\$2.905.642,70	R\$2.425.268,00	R\$500.000,00	R\$7.786.821,40
MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO	R\$225.527,57	R\$1.685.886,96	R\$4.299.472,43	R\$1.310.000,00	R\$7.520.886,96
PLANOS DIRETORES E ESTUDOS	R\$393.460,50	R\$476.976,00	R\$270.000,00	R\$3.000.000,00	R\$4.140.436,50
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL	R\$1.122.342,58	R\$880.211,09	R\$1.715.261,33	R\$1.929.261,33	R\$5.647.076,33
SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ	R\$1.559.924,89	R\$3.937.861,04	R\$2.826.445,19	R\$3.100.000,00	R\$11.424.231,12
APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA E JAGUARI -COMITÊ PJ	R\$276.283,48	R\$0,00	R\$3.175.000,00	R\$0,00	R\$3.451.283,48
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.200.000,00	R\$1.000.000,00	R\$2.200.000,00
TOTAL	R\$27.844.909,82	R\$24.186.294,20	R\$34.577.388,55	R\$29.284.912,77	R\$115.893.505,34

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira – Agência das Bacias PCJ

Em 2018, as contratações das atividades previstas no PAP-PCJ 2017-2020 em consonância com o Plano de Trabalho da Agência das Bacias PCJ, resultaram num montante contratado de **R\$24.186.294,20** (vinte e quatro milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e quatro reais e vinte centavos).

Destaca-se que do total contratado, **R\$7.783.077,95** (sete milhões, setecentos e oitenta e três mil, setenta e sete reais e noventa e cinco centavos) referem-se aos empreendimentos de Demanda Espontânea indicados pelos Comitês PCJ para recebimento de recursos. Já as contratações realizadas diretamente pela Agência das Bacias PCJ totalizam **R\$16.403.216,25** (dezesseis milhões, quatrocentos e três mil, duzentos e dezesseis reais e vinte e cinco).

6. BALANÇO DO PAP- PCJ 2017- 2020 - EXERCÍCIO 2019

Em 2020, foi realizada a avaliação do exercício de 2019 demonstrada no **Quadro 5** com a atualização dos valores de acordo com a arrecadação da Cobrança PCJ Federal realizada em 2017, 2018 e em 2019, incluindo rendimentos de aplicação financeira e custeio, bem como da estimativa de valores para o ano de 2020, no intuito de ajustar o orçamento:

Quadro 5 – Arrecadação da Cobrança PCJ Federal em 2017, 2018 e 2019 com estimativa da arrecadação para o exercício 2020.

ANO	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	LIMITE PARA CUSTEIO	RECEITA LÍQUIDA
2017	R\$19.387.934,34	R\$4.219.103,48	R\$23.607.037,82	R\$1.770.527,84	R\$21.836.509,98
2018	R\$20.379.918,06	R\$3.286.351,60	R\$23.666.269,66	R\$1.774.970,22	R\$21.891.299,44
2019	R\$11.544.129,27	R\$2.490.724,76	R\$14.034.854,03	R\$1.052.614,05	R\$12.982.239,98
2020 ⁽¹⁾	R\$20.430.000,00	R\$2.000.000,00	R\$22.430.000,00	R\$1.682.250,00	R\$20.747.750,00
TOTAL	R\$71.741.981,67	R\$11.996.179,84	R\$83.738.161,51	R\$6.280.362,11	R\$77.457.799,40

⁽¹⁾ Estimativa = Valor boletado (R\$22.700.000,00) – 10% inadimplência (R\$2.270.000,00) = R\$20.430.000,00.

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira – Agência das Bacias PCJ

Desta forma, diante dos resultados apresentados, no exercício de 2019 houve uma diferença de **R\$10.790.260,02** (dez milhões, setecentos e noventa mil, duzentos reais e sessenta reais e dois centavos) a menor na receita líquida disponível para investimentos em comparação ao inicialmente previsto, justificado principalmente pelo processo judicial aberto pela Sabesp com questionamentos dos valores cobrados para a transposição do Sistema Cantareira no exercício 2019. Neste sentido, a SABESP tem efetuado os pagamentos “em juízo”, fato que os recursos não ingressaram no caixa da ANA e, conseqüentemente, sem a realização de repasse à Agência das Bacias PCJ. O repasse em 2019 foi aproximadamente **43,36%** inferior ao do exercício de 2018, bem como ficou abaixo da estimativa realizada em 2016, ano de aprovação do PAP PCJ 2017-2020, em **44,23%**.

Além disso, cabe destacar a manutenção do índice de inadimplência próximo de **10%**, bem como da queda dos rendimentos de aplicação financeira a partir da diminuição dos percentuais de rentabilidade da aplicação financeira e pela expansão dos desembolsos realizados pela Agência das Bacias PCJ, refletindo na diminuição do saldo em caixa e na base de cálculo para apuração dos rendimentos financeiros.

Também foi realizado ajuste na estimativa de arrecadação do exercício 2020 a partir de informações disponibilizadas pela Agência Nacional de Águas, bem como na estimativa dos rendimentos de aplicação financeira, o que corresponde a uma

queda de R\$3.024.750,00 nos valores de 2020, a serem disponibilizados para investimentos, em comparação ao aprovado inicialmente no PAP PCJ 2017-2020.

Portanto, para a composição do total atualizado do PAP-PCJ 2017-2020, para o exercício de 2020, considerou-se:

- O valor de **R\$77.457.799,40** (setenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) referente à receita líquida apurada no exercício 2019, conforme apresentado anteriormente no **Quadro 5**;
- O valor de **R\$16.837.617,77** (dezesseis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e dezessete reais e setenta e sete centavos) transferidos do PAP-PCJ 2013-2016 e aprovado no seu relatório final de avaliação de execução, apresentado em abril de 2017 para os Comitês PCJ;
- O valor de **R\$7.783.077,95** (sete milhões, setecentos e oitenta e três mil, setenta e sete reais e noventa e cinco centavos) provenientes de saldo de contratos anteriores, apurados na avaliação do exercício 2018 no PAP-PCJ 2017-2020.

O montante do PAP-PCJ 2017-2020 atualizado após revisão dos valores referentes ao exercício de 2019 é de **R\$102.078.495,17** (cento e dois milhões, setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e dezessete centavos), conforme **Quadro 6** e detalhamento constante no Anexo I.

No entanto, é importante ressaltar que durante o exercício de 2019 foram assinados termos aditivos de supressão aos contratos assinados em 2017 e 2018 de empreendimentos de Demanda Espontânea, sendo **R\$201.325,55** (duzentos e um mil, trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para ação 2 do grupo VI, e **R\$519.039,30** (quinhentos e dezenove mil, trinta e nove reais e trinta centavos) para ação 7 do grupo V, respectivamente. Com isso houve uma queda no valor contratado nos exercícios 2017 e 2018 de **R\$720.364,85** (setecentos e vinte mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos). Neste sentido, esse montante poderá ser realocado para as ações a serem executadas no exercício de 2020, dentro do montante de **R\$102.078.495,17**.

O **Quadro 6** a seguir apresenta os valores anuais por grupo de ação do PAP PCJ 2017-2020 após a revisão dos valores referentes ao exercício 2019.

Quadro 6 – Resumo dos valores anuais por Grupo de Ação do PAP-PCJ 2017-2020 – revisão 2019.

GRUPO	2017 CONTRATADO	2018 CONTRATADO	2019 CONTRATADO	2020 A CONTRATAR	TOTAL (R\$)
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	R\$ 1.748.177,82	R\$ 3.252.899,10	R\$ 3.659.988,97	R\$ 8.876.514,59	R\$ 17.537.580,48
PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS	R\$ 2.047.248,56	R\$ 966.298,32	R\$ 2.166.542,63	R\$ 8.115.238,49	R\$ 13.295.328,00
RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA	R\$ 5.744.661,36	R\$ 8.251.455,15	R\$ 2.909.861,70	R\$ 2.550.000,00	R\$ 19.455.978,21
PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA	R\$ 12.570.046,81	R\$ 1.310.024,54	R\$ 1.310.024,54	R\$ 600.000,00	R\$ 15.790.095,89
CADASTROS E OUTORGAS	R\$ 1.955.910,70	R\$ 2.905.642,70	R\$ 1.955.910,70	R\$ 1.500.000,00	R\$ 8.317.464,10
MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO	R\$ 225.527,57	R\$ 1.685.886,96	R\$ 749.993,32	R\$ 2.310.000,00	R\$ 4.971.407,85
PLANOS DIRETORES E ESTUDOS	R\$ 393.460,50	R\$ 476.976,00	R\$ 32.719,32	R\$ 2.300.000,00	R\$ 3.203.155,82
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL.	R\$ 1.122.342,58	R\$ 880.211,09	R\$ 1.652.481,30	R\$ 1.045.669,10	R\$ 4.700.704,07
SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ	R\$ 1.559.924,89	R\$ 3.937.861,04	R\$ 2.218.420,42	R\$ 3.173.032,06	R\$ 10.889.238,41
APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA E JAGUARI - COMITÊ PJ	R\$ 276.283,48	R\$ 0,00	R\$ 452.503,20	R\$ 2.722.496,80	R\$ 3.451.283,48
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 466.258,86	R\$ 466.258,86
TOTAL	R\$ 27.643.584,27	R\$ 23.667.254,90	R\$ 17.108.446,10	R\$ 33.659.209,90	R\$ 102.078.495,17

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira – Agência das Bacias PCJ.

7. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DE 2019

A seguir será apresentado um panorama sobre a execução das atividades no exercício de 2019 com destaque para as ações novas e contínuas contidas no PAP PCJ 2017-2020.

Em 2019, as contratações das atividades previstas no PAP-PCJ 2017-2020 em consonância com o Plano de Trabalho da Agência das Bacias PCJ, resultaram num montante contratado de **R\$17.108.446,10** (dezessete milhões, cento e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e dez centavos).

Destaca-se que do total contratado, **R\$2.229.180,18** (dois milhões, duzentos e vinte e nove mil, cento e oitenta reais e dezoito centavos) referem-se aos empreendimentos de Demanda Espontânea indicados pelos Comitês PCJ para recebimento de recursos da Cobrança PCJ Federal. Já as contratações realizadas diretamente pela Agência das Bacias PCJ totalizam **R\$14.879.265,92** (quatorze milhões, oitocentos e setenta e nove mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos). A seguir estão apresentadas as ações realizadas pela Agência das Bacias PCJ, no exercício de 2019, a partir da aprovação do PAP-PCJ 2017-2020, elencando as contratações mais representativas de cada programa, levando-se em consideração o montante envolvido e a relevância para o cumprimento das ações do Plano de Bacias.

CONSTRUÇÃO DE CERCAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL PARA FINS DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL EM PROPRIEDADES LOCALIZADAS EM ANALÂNDIA/SP

Nº DO CONTRATO	004/2019
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAIS – AÇÃO 1B)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	TOMADA DE PREÇO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8666/93
OBJETO DO CONTRATO	CONSTRUÇÃO DE CERCAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL SELECIONADAS PARA FINS DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL EM PROPRIEDADES LOCALIZADAS NA SUB-BACIA DO CÔRREGO CAVALHEIRO E SEU ENTORNO, EM ANALÂNDIA/SP, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS
VALOR DO CONTRATO	R\$ 391.852,5
CONTRATADO	CONTRATADO VB AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. – ME
CNPJ DO CONTRATADO	17.510.128/0001-06
INÍCIO DA VIGÊNCIA	13/03/2019
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	12/09/2019

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU) “GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS”

Nº DO CONTRATO	006/2019
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL – AÇÃO 5)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8666/93
OBJETO DO CONTRATO	CONTRATAÇÃO DE 12 (DOZE) MATRÍCULAS NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU) “GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS” DESTINADAS AOS MEMBROS DAS CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ
VALOR DO CONTRATO	R\$103.150,72
CONTRATADO	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA - FUMEP
CNPJ DO CONTRATADO	54.393.491/0001-07
INÍCIO DA VIGÊNCIA	20/03/2019
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	19/09/2020

MANUTENÇÃO DE SISTEMA PARA MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DAS BACIAS PCJ.

Nº DO CONTRATO	007/2019
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (SISTEMAS DE INFORMAÇÕES – AÇÃO C1)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8666/93
OBJETO DO CONTRATO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMA PARA MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DAS BACIAS PCJ. OS SERVIÇOS TÊM POR FINALIDADE A MANUTENÇÃO DA REDE TELEMÉTRICA E FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INFORMAÇÕES QUE AUXILIEM AS ROTINAS DA SALA DE SITUAÇÃO PCJ/DAEE E DA CT-MH.
VALOR DO CONTRATO	R\$ 2.181.799,56
CONTRATADO	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE HIDRÁULICA
CNPJ DO CONTRATADO	55.639.124/0001-03
INÍCIO DA VIGÊNCIA	25/04/2019
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	24/04/2020

ELABORAÇÃO DE GUIA PRÁTICO PARA DESENVOLVIMENTO DE UM PLANO DE SEGURANÇA DA ÁGUA

Nº DO CONTRATO	008/2019
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA – AÇÃO 4A)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8.666/93
OBJETO DO CONTRATO	A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE GUIA PRÁTICO PARA DESENVOLVIMENTO DE UM PLANO DE SEGURANÇA DA ÁGUA, A SER UTILIZADO PELOS OPERADORES DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA LOCALIZADOS NAS BACIAS PCJ
VALOR DO CONTRATO	R\$ 155.681,52
CONTRATADO	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA ENGENHARIA - FDTE
CNPJ DO CONTRATADO	43.588.755/0001-61
INÍCIO DA VIGÊNCIA	05/04/2019
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	04/10/2019

LIMPEZA DA CALHA DO RIO ATIBAINHA

Nº DO CONTRATO	017/2019
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO – AÇÃO 4)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	TOMADA DE PREÇOS
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL 8.666/93
OBJETO DO CONTRATO	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DA CALHA DO RIO ATIBAINHA
VALOR DO CONTRATO	R\$ 749.993,32
CONTRATADO	SERG PAULISTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA
CNPJ DO CONTRATADO	65.853.889/0001-03
INÍCIO DA VIGÊNCIA	27/05/2019
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	26/06/202

ASSESSORIA TÉCNICA VISANDO O GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO CBH PJ1

Nº DO CONTRATO	025/2019
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA E JAGUARI – COMITÊ PJ – AÇÃO 1.)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	PREGÃO PRESENCIAL
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL 10.520/2002
OBJETO DO CONTRATO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA TÉCNICA VISANDO O GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES VOLTADA À GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E DE APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI – CBH PJ1
VALOR DO CONTRATO	R\$ 337.063,20
CONTRATADO	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP
CNPJ DO CONTRATADO	13.359.577.0001-36
INÍCIO DA VIGÊNCIA	05/07/2019
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	04/07/2020

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DOS COMITÊS PCJ – ETAPA 1

Nº DO CONTRATO	033/2019
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP PCJ 2017-2020 – SECRETARIA-EXECUTIVA DOS COMITÊS – AÇÃO 1.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL 8.666/1993
OBJETO DO CONTRATO	CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DOS COMITÊS PCJ SOBRE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, DESENVOLVIMENTO DAS DECLARAÇÕES CORPORATIVAS DE MISSÃO, VISÃO DE FUTURO E VALORES DOS COMITÊS PCJ E A REALIZAÇÃO DA ANÁLISE SWOT DOS COMITÊS PCJ
VALOR DO CONTRATO	R\$ 15.500,00
CONTRATADO	WS CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO	03.106.387/0001-53
INÍCIO DA VIGÊNCIA	25/09/2019
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	22/04/2020

PROJETO DE REALIDADE VIRTUAL NAS BACIAS PCJ

Nº DO CONTRATO	037/2019
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL - PAP PCJ 2017-2020 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL – AÇÃO 9
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	PREGÃO PRESENCIAL
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL 10.520/2002
OBJETO DO CONTRATO	MONTAGEM DE ESTRUTURA, OPERACIONALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETO DE REALIDADE VIRTUAL NAS BACIAS PCJ
VALOR DO CONTRATO	R\$ 762.000,00
CONTRATADO	MANIFESTA CERIMONIAL EIRELI EPP
CNPJ DO CONTRATADO	10.255.923.0001/48
INÍCIO DA VIGÊNCIA	03/10/2019
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	02/10/2020

APOIO À CETESB PARA SISTEMATIZAÇÃO, AQUISIÇÃO, TRATAMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE QUALIDADE DE ÁGUA NAS BACIAS PCJ

Nº DO CONTRATO	044/2019
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL - PAP PCJ 2017-2020 – SISTEMA DE INFORMAÇÕES – AÇÃO 1D
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	TOMADA DE PREÇOS
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL 8.666/1993
OBJETO DO CONTRATO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À CETESB PARA SISTEMATIZAÇÃO, AQUISIÇÃO, TRATAMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE QUALIDADE DE ÁGUA NAS BACIAS PCJ
VALOR DO CONTRATO	R\$ 273.485,41
CONTRATADO	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP
CPF DO CONTRATADO	13.359.577.0001-36
INÍCIO DA VIGÊNCIA	27/12/2019
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	26/12/2020

Outras ações que já se encontravam contratadas em anos anteriores tiveram continuidade em 2019, com a celebração de termos aditivos, a saber:

SUORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO À ANÁLISE PARA EMISSÃO DE PARECERES E APOIO LOGÍSTICO PARA FINS DE CADASTRAMENTO, FISCALIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE OUTORGAS DE DIREITO DE USO NAS BACIAS PCJ E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA COBRANÇA ESTADUAL PAULISTA NAS BACIAS PCJ

Nº DO CONTRATO	025/2015 – 4º TERMO ADITIVO
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (CADASTROS E OUTORGAS)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONCORRÊNCIA
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8666/1993
OBJETO DO CONTRATO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA SUORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO À ANÁLISE PARA EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS E APOIO LOGÍSTICO PARA FINS DE CADASTRAMENTO, FISCALIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE OUTORGAS DE DIREITO DE USO OU INTERVENÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS E SUPERFICIAIS NAS BACIAS PCJ E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA AGENCIA DAS BACIAS PCJ
VALOR DO CONTRATO	R\$ 1.955.910,70
CONTRATADO	IRRIGART ENGENHARIA E CONSULTORIA EM RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE LTDA. EPP
CNPJ DO CONTRATADO	03.427.949/0001-60
INÍCIO DA VIGÊNCIA	03/08/2019
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	02/08/2020

PLANO DE MÍDIA DAS BACIAS PCJ

Nº DO CONTRATO	010/2017 - 2º TERMO ADITIVO
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	TOMADA DE PREÇOS
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E LEI FEDERAL Nº12.232/2010
OBJETO DO CONTRATO	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE
VALOR DO CONTRATO	R\$ 400.000,00
CONTRATADO	SHOUT AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO	11.363.879/0001-52
INÍCIO DA VIGÊNCIA	29/03/2019
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	28/03/2020

Em relação às atividades relacionadas à área ambiental, em especial, ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a Agência das Bacias PCJ em parceria com as Câmaras Técnicas de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) e de Recursos Naturais (CT-RN), em 2019, em atendimento a Deliberação dos Comitês PCJ nº 308/2018, realizou todo o processo referente ao segundo edital para seleção de áreas e de propostas no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, visando a contratação no âmbito do PAP-PCJ 2017-2020, com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio federal – Cobrança PCJ Federal. Os empreendimentos indicados pelos Comitês PCJ estão em processo de análise junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para assinatura de contratos.

8. REMANEJAMENTO DE VALORES E INCLUSÃO DE AÇÕES

Durante o exercício de 2019, diversas ações constantes do PAP-PCJ 2017-2020 foram contratadas, conforme explicitadas **no item 7** e outras também do exercício 2019 ainda estão em vias de serem contratadas, uma vez que os processos de licitação se iniciaram em 2019, mas ainda não foram concluídos, ou tiveram o processo licitatório republicado por alguma impugnação ou questionamento oportuno, devendo tais valores serem realocados para os anos seguintes.

Neste sentido, a partir dos valores do PAP-PCJ 2017-2020, revistos em 2018, estimados em **R\$115.893.505,34**, e após a verificação da arrecadação efetiva da Cobrança PCJ Federal realizada nos exercícios de 2017, 2018 e 2019, incluindo rendimentos de aplicação financeira e custeio, bem como a estimativa de arrecadação do exercício 2020, conforme explicitado **no item 6** deste relatório, apurou-se o montante do PAP-PCJ 2017-2020 de **R\$102.078.495,17**.

Nesta avaliação da execução do exercício 2019 do PAP-PCJ 2017-2020 e reprogramação das ações para o exercício de 2020, se propõe a execução de apenas algumas das ações aprovadas em 2019, sem inclusão de novas ações, conforme listadas abaixo, com o remanejamento de valores entre as ações do mesmo grupo para atendimento destas no ano 2020, no **Quadro 7**.

Quadro 7 – Resumo dos valores por Grupo de Ação do PAP-PCJ 2017-2020 – revisão 2019

GRUPO	2019	2020	DIFERENÇA
I - SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	R\$ 23.326.076,92	R\$ 17.537.580,48	-R\$ 5.788.496,44
II - PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 500.000,00
III - PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IV - POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS	R\$ 14.062.000,00	R\$ 13.295.328,00	-R\$ 766.672,00
V - RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA	R\$ 18.565.155,81	R\$ 19.455.978,21	R\$ 890.822,40
VI - PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA	R\$ 17.269.536,82	R\$ 15.790.095,89	-R\$ 1.479.440,93
VII - CADASTROS E OUTORGAS	R\$ 7.786.821,40	R\$ 8.317.464,10	R\$ 530.642,70
VIII - MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO	R\$ 7.520.886,96	R\$ 4.971.407,85	-R\$ 2.549.479,11
IX - PLANOS DIRETORES E ESTUDOS	R\$ 4.140.436,50	R\$ 3.203.155,82	-R\$ 937.280,68
X - EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL.	R\$ 5.647.076,33	R\$ 4.700.704,07	-R\$ 946.372,26
XI - SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ	R\$ 11.424.231,12	R\$ 10.889.238,41	-R\$ 534.992,71
XII - APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA E JAGUARI - COMITÊ PJ	R\$ 3.451.283,48	R\$ 3.451.283,48	R\$ 0,00
XIII - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS	R\$ 2.200.000,00	R\$ 466.258,86	-R\$ 1.733.741,14
TOTAL	R\$ 115.893.505,34	R\$ 102.078.495,17	-

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira – Agência das Bacias PCJ

Conforme **Quadro 7**, foram realizadas realocações tanto a maior quanto a menor de valores nos Grupos I – SISTEMAS DE INFORMAÇÕES; Grupo II - PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA; Grupo IV – POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS; Grupo V - RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA; Grupo VI - PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA; Grupo VII - CADASTROS E OUTORGAS; Grupo VIII - MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO; Grupo IX - PLANOS DIRETORES E ESTUDOS; Grupo X - EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL; Grupo XI – SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ e Grupo XIII – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS, que somam **R\$16.657.940,37** (dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta reais e trinta e sete centavos) de acordo com a necessidade das contratações já efetivadas e programação das ações futuras, dentro de um cenário mais próxima da realidade, em função dos valores da Cobrança PCJ Federal efetivamente arrecadados em 2017, 2018 e 2019 e das ações contratadas neste período, bem como das estimativas de arrecadação e rendimentos de aplicação financeira do exercício 2020.

O remanejamento dos valores acima representa **16,32%** do total do PAP PCJ 2017-2020 – após a apuração dos exercícios de 2017, 2018 e 2019 e estimativa do exercício 2020. É importante considerar que o remanejamento proposto foi exclusivamente para adequação dos valores à realidade da disponibilidade de recursos financeiros existentes, tendo em vista principalmente a frustração de receita ocorrida no exercício 2019.

Cabe destacar que no período de 2017 a 2019 a Agência das Bacias PCJ **contratou**, através do PAP PCJ, o montante de **R\$68.419.285,27** (sessenta e oito milhões, quatrocentos e dezenove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e sete centavos), sendo **efetivamente desembolsado** o valor de **R\$45.934.765,99** (quarenta e cinco milhões, novecentos e trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos), **correspondendo a 67% do total contratado**. A Agência das Bacias PCJ desembolsará entre 2020 e 2023 o valor de R\$22.484.519,28 (vinte e dois milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e dezenove reais e vinte e oito centavos).

As ações cujos valores foram excluídos e devidamente justificados, conforme apresentado no **Quadro 8** a seguir, serão reavaliadas no processo de planejamento e elaboração do PAP 2021-2024, no 2º semestre de 2020, a partir da estimativa de arrecadação e rendimentos financeiros da Cobrança PCJ Federal e das metas constantes no Plano de Bacias PCJ, bem como durante o andamento das discussões em âmbito das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. Algumas ações abaixo, embora tenham sido iniciadas as discussões, não terão condições de serem licitadas ainda no exercício de 2020, neste sentido é que foram excluídas.

Quadro 8 – Ações excluídas do PAP PCJ 2017-2020.

GRUPO	AÇÃO	VALOR	JUSTIFICATIVA
I – SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	e – Informações de Águas Subterrâneas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação	R\$1.500.000,00	Há ainda necessidade de discussão e alinhamento com órgão gestor DAEE e Comitês PCJ no âmbito da CT-AS e CT-MH para definição e implementação das ações do Plano de Monitoramento de Águas Subterrâneas das Bacias PCJ
	f – Estruturação e apoio ao funcionamento da Sala de Situação (Elaboração do manual de operação e integração de dados)	R\$787.500,00	Há necessidade de discussão e alinhamento com diversas entidades, entre eles órgãos gestores e de meio ambiente (DAEE, CETESB e ANA) para definição de estratégias para a integração de dados disponibilizados na Sala de Situação PCJ
II - PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA	2 - Contratação de Estudos e propostas de melhorias da eficiência operacional das ETES municipais	R\$500.000,00	Aguarda apresentação de diretrizes pela CT-SA para a elaboração de Termo de Referência visando a contratação do Estudos e propostas de melhorias da eficiência operacional das ETES municipais
V – RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA	1 - Contratação de prestação de serviços visando estudos para melhoria da eficiência dos sistemas para lodo de ETA e ETE	R\$350.000,00	Aguarda apresentação de diretrizes pela CT-SA para a elaboração de Termo de Referência visando a contratação de estudos para melhoria da eficiência dos sistemas para lodo de ETA e ETE
	4b) Índice de Salubridade Ambiental	R\$500.000,00	Competência da Política de Saneamento (CONESAN – Agências Reguladoras de Saneamento)
VIII - MACRODRENAGEM DESASSOREAMENTO	3 - Revisão PDM Ribeirão Quilombo	R\$1.000.000,00	Aguarda a conclusão dos Planos de Macrodrenagem da Bacia do Rio Jundiá (em execução) e da Bacia do Rio Capivari (em processo de licitação)
	4 - Canal de Piracaia e Rio Atibainha	R\$649.479,11	Saldo de contratos dos serviços da limpeza do canal de Piracaia e da limpeza Rio Atibainha
IX - PLANOS DIRETORES ESTUDOS	6 - Estudo de Avaliação da Disponibilidade Hídrica e recarga do Sistema Aquífero Guarani	R\$250.000,00	Alteração da ação para Estudo de Avaliação da Disponibilidade Hídrica e recarga do Sistema Aquífero Tubarão

	8 - Estudos para caracterização das fontes de poluição difusa nas áreas urbanas e rurais	R\$450.000,00	Estratégias para a caracterização das fontes de poluição difusa nas áreas urbanas e rurais vinculadas ao Plano das Bacias PCJ 2020-2035
X - EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL	3 - Contratação de consultoria para transformação do Plano de Bacias (linguagem técnica) em linguagem pedagógica e produção de material específico para diversas faixas etárias	R\$300.000,00	Aguarda aprovação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035 e diretrizes da CTEA
	6 - Firmar parcerias com instituições para promover o ensino à distância e presencial em recursos hídricos, saneamento, educação ambiental e afins, visando à realização de oficinas, cursos, seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização e de estudos e pesquisas em recursos hídricos	R\$286.000,00	Saldo de contrato com a USP referente ao Curso de Benchmarking e considerando que para ensino em plataforma EAD há custo muito alto. Estão sendo investidos recursos no programa efetivo de capacitação - Escola de Saneamento e Água (Consórcio PCJ)
	9 - Construção e instalação de materiais educativos interativos que trabalhem Educação Ambiental, Recursos hídricos e promovam a divulgação do trabalho realizado pelos Comitês PCJ	R\$238.000,00	Há necessidade de discussão e alinhamento com a CTEA e as estratégias deverão seguir o Plano das Bacias PCJ 2020-2035
XI – SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ	2 - Eventos especiais dos Comitês PCJ, tais como: evento de comemoração aos 25 anos de implantação, Intercâmaras, simpósios	R\$200.000,00	Saldo de contratos de anos anteriores. Eventos adiados em 2020 em função da pandemia COVID-19
XIII - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS	2- Obras e Serviços para sistemas de Tratamento de efluentes	R\$1.500.000,00	Em execução processo licitatório para contratação dos projetos executivos do Sistema de Esgotamento sanitário de Toledo e respectivo licenciamento (sem previsão de início de obras em 2020)

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira e Diretoria Técnica – Agência das Bacias PCJ

9. RESULTADOS E INDICADORES

Ainda com relação ao Contrato de Gestão firmado com a ANA, a Agência das Bacias PCJ realiza uma série de ações, como aquelas dos indicadores abaixo relacionados inseridos no referido Contrato de Gestão:

A - Indicador 2 – Planejamento e Gestão:

Os relatórios aqui descritos são exigências da ANA no âmbito do segundo termo aditivo do Contrato de Gestão 03/2011, que foram enviados ao final de janeiro de 2020 à Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão – CACG, os quais foram avaliados e considerados como atendendo as metas estabelecidas no contrato de gestão. O Relatório do Contrato de Gestão 2019 completo pode ser obtido pelo link:

[Relatório sobre a execução do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 - Bacias PCJ - Exercício 2019](#)

2A 2 e 2C - Relatório anual do Plano de Aplicação Plurianual - avanços e Gargalos de mapeamento de fontes de recursos disponíveis e Relatório anual de Acompanhamento das ações executadas.

Os referidos Relatórios podem ser obtidos pelos links:

[Relatório de Mapeamento de Fontes de Recursos Financeiros, Avanços/Gargalos e avaliação da execução das ações previstas Plano das Bacias PCJ - 2019 \(2A2 e 2C\)](#)

[Relatório de Mapeamento de Fontes de Recursos Financeiros \(2A2 complementar\)](#)

2B – Atuação dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ em situações críticas:

O respectivo Relatório pode ser obtido pelo link:

[Relatório de Situação das Bacias PCJ simplificado, contendo informações sobre: Disponibilidade e qualidade das águas, Demanda e usos múltiplos, Implementação dos instrumentos de Gestão e Registros de eventos críticos - 2019 \(2B\)](#)

O Relatório previsto no indicador 2A 2 foi realizado no exercício de 2019 e abaixo segue apenas o item “**Recomendações – Avanços e Gargalos para concretizar o Plano**” transcrito do **item 2** do relatório da revisão do Plano de Bacias PCJ 2010/2020, para ilustrar os esforços despendidos por Prefeituras Municipais, Empresas de Saneamento, Governos Estaduais de São Paulo, Minas Gerais, União e de todos os membros dos Comitês PCJ visando o atingimento das metas do Plano das Bacias PCJ.

Avanços e Gargalos da implementação do Plano de Bacias PCJ (INDICADOR 2A-2)

Em complemento às informações do indicador 2A-2 “Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos disponíveis: identificação dos recursos que podem ser acessados para aplicação na Bacia e divulgação na página da internet, de forma

a se avaliar os investimentos em andamentos e a dimensionar os principais avanços e gargalos para a concretização do Plano de Recursos Hídricos da bacia” neste item são apresentados os principais avanços e gargalos diante do que foi identificado nos capítulos anteriores.

O processo de acompanhar e monitorar a implementação do Plano de Bacias possibilita avaliar se as propostas de investimentos e ações dos Comitês PCJ estão indo de encontro aos objetivos e as metas definidas nesse instrumento. Diante dessa análise, apresenta-se na sequência os principais avanços e gargalos na gestão de recursos hídricos nas Bacias PCJ.

A falta de informações quanto aos investimentos de recursos dos próprios municípios e outras fontes ainda é uma questão a ser trabalhada. Durante as primeiras etapas da revisão do Plano de Bacias, especificamente na fase de diagnóstico, buscou-se levantar dados de investimento junto aos municípios, para inclusão no montante de investimentos ocorridos nas Bacias. Nesta conjuntura, é fundamental que se estabeleça uma rotina intensa e prática de acompanhamento das ações, de modo que se tenha condições de avaliar com clareza os resultados e compor os investimentos totais nas Bacias PCJ. Diante disso, a partir da finalização da Etapa 1 da revisão do Plano de Bacias, a Agência PCJ iniciou um ciclo de visitas aos municípios indicados como prioritários para investimento, de forma a entender quais as dificuldades e limitações desses municípios que precisam ser superadas, principalmente, para a obtenção dos recursos financeiros disponibilizados pelos Comitês PCJ.

Nesta perspectiva, destaca-se, ainda, a evidente limitação dos municípios quanto ao corpo técnico capacitado, dificultando a elaboração de projetos que tenham condições de caminhar para o alcance das metas, bem como, de pleitear recursos financeiros.

No tocante aos avanços da implementação do PBH, a Agência das Bacias PCJ implantou nos últimos anos iniciativas para reduzir a inadimplência e regularizar os débitos pendentes dos usuários. Foram muitos esforços da equipe da cobrança para realizar contato direto com os usuários, a fim de buscar soluções para a negociação e parcelamento de débitos.

Uma das ferramentas que auxiliou na recuperação de valores de exercícios anteriores a 2018 foi o Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin Estadual, onde a Agência das Bacias PCJ iniciou a inclusão dos usuários inadimplentes, no ano de 2017. Além disso, após tratativas junto à Procuradoria Geral do Estado, no ano de 2018, a Agência das Bacias PCJ também iniciou a inserção de usuários inadimplentes na Dívida Ativa do Estado de São Paulo, sendo esta mais uma importante ferramenta para auxiliar na recuperação de débitos.

Como resultado dos esforços da equipe da cobrança em buscar soluções para a redução da inadimplência, 12% da receita da Cobrança PCJ Paulista em 2018 foi proveniente da recuperação de débitos. A taxa de inadimplência foi reduzida de 30%, em 2016, para aproximadamente 3% em 2018.

Tais esforços demonstram um importante avanço a ser destacado, tendo em vista que os recursos arrecadados pelas Cobranças PCJ são fontes de recursos financeiros destinados a projetos em prol da melhoria nas Bacias PCJ.

Apesar da limitação dos recursos financeiros e dificuldade de alguns municípios, houve significativo avanço no alcance das metas de esgotamento sanitário e perdas de água, quando se analisa a evolução do índice de saneamento nas bacias ao longo dos anos. Os dados apresentados mostram a melhoria destes

índices e indicam que alguns municípios já atingiram e outros estão próximos das metas estabelecidas no Plano.

Destaca-se, no entanto, que pouco se pode avaliar quanto a evolução de outros tópicos nas bacias, como questões ligadas a eventos extremos, recuperação florestal, educação ambiental, dentre outros, diante da falta de métrica para tal. Este aspecto caracteriza-se como um gargalo a ser superado com a elaboração dos cadernos temáticos da revisão do Plano de Bacias, os quais apontarão ações e estratégias para cada uma das temáticas, com discussão incipiente no Plano das Bacias PCJ 2010-2020.

Evidencia-se com a revisão do Plano das Bacias PCJ, especialmente no conteúdo abordado no caderno temático “Enquadramento dos Corpos d’ Água Superficiais” que as bacias demandam a implementação de tratamentos terciários à níveis de eficiência extremamente elevados, com vistas a reduzir o impacto principalmente do fósforo (maior responsável pelo não enquadramento) e coliformes nos corpos d’água. O maior gargalo nesta temática, afóra a capacidade dos municípios em operarem os sistemas, diz respeito ao elevado investimento necessário para implantação dos sistemas, na casa dos R\$ 6 bilhões, o qual não pode ser absorvido pelas atuais fontes de recursos existentes (Cobranças PCJ e Compensação Financeira/Royalties) Este aspecto demonstra a necessidade de se estabelecer um orçamento executivo e estratégico e se trabalhar na busca de novas fontes de recursos, principalmente alavancadas pelos próprios municípios junto aos fundos de financiamento.

No tocante à questão da manutenção da qualidade dos corpos d’água, a Agência PCJ vem avançando, em conjunto com a CT-MH, nas discussões quanto ao monitoramento da qualidade da água nas Bacias PCJ, conforme havia sido previsto na Deliberação dos Comitês PCJ 289/18, que Prioriza a aplicação de recursos da “Cobrança Federal PCJ”, provenientes do Plano de Aplicação Plurianual da Agência das Bacias PCJ 2017-2020 - PAP-PCJ 2017- 2020, como Demanda Induzida, para atividades de monitoramento automático da qualidade da água, tendo como tomador a CETESB. Está prevista a instalação sondas de qualidade em pontos monitoramento qualitativo nas Bacias PCJ, além serviços para consolidação dos dados obtidos e integração ao sistema de informações da companhia, bem como ao SSD PCJ.

Um importante avanço a ser destacado, além do uso do SSD PCJ para as simulações dos cenários futuros no processo de revisão do Plano de Bacias (por meio de modelo de quantidade e qualidade) foi o desenvolvimento da nova interface do SSD PCJ, que ao longo de 2019 foi intensamente trabalhada para seu aprimoramento possibilitando a disponibilização de informações da rede de monitoramento telemétrica, atualmente mantida com recursos da Cobrança Federal por meio de contrato entre Agência PCJ e Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica -FCTH, com dados em tempo real de chuva, nível e vazão, bem como de outras redes de parceiros. A rede de monitoramento telemétrica vem se tornando cada vez mais confiável diante dos esforços empreendidos para sua consolidação.

Os trabalhos empreendidos para consolidação de uma rede de monitoramento confiável têm possibilitado que, desde meados de 2018, o Simepar forneça boletins com informações de previsão hidrometeorológica, com determinação de vazões prováveis em postos de monitoramento nas Bacias PC. por meio de simulações de comportamento futuros para sete dias, permitindo medir em percentuais a probabilidade de a vazão vir estar acima ou abaixo de níveis críticos no tempo e no espaço, em áreas das Bacias PCJ, nos Rios Jaguari e Atibaia. Servindo como subsídio para a tomada de decisão no gerenciamento dos recursos hídricos, de forma a evitar

a escassez e o desperdício na liberação de vazões dos reservatórios do Sistema Cantareira.

B - Indicador 3 – COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS:

3A – Relatório do Índice de Desembolso Anual (%)

Relatório sobre índice de desembolso anual (%) 2019 (3A)

3B - Relatório - Índice de Desembolso Acumulado (%) - 2019

Relatório sobre índice de desembolso acumulado 2019 (3B)

3F – Proposição aos Comitês PCJ de novos valores a serem cobrados

3F - Proposição de novos mecanismos e valores para as Cobranças nas Bacias PCJ 2019 - Termo de Referência

C - Indicador 4 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

4A1 – Criação de portal para acompanhamento via web da aplicação dos recursos financeiros

Portal Web – Investimentos nas Bacias PCJ (em processo de organização)

4D1 – Custeio ABC

Elaboração de termo de referência para contratação de empresa especializada para definição da metodologia do custeio baseando em atividades da Agência das Bacias PCJ

D – Indicador 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL

5A1 – Avaliação da Entidade Delegatária pelos Comitês PCJ

Pesquisa de reconhecimento social 2019

5B1 – Elaboração de Planejamento estratégico dos Comitês PCJ

Elaboração de termo de referência e contratação de consultoria especializada para elaboração do planejamento estratégico dos Comitês PCJ

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos aspectos relativos aos indicadores 2A-2 e 2C demonstram que as Bacias PCJ, diante da implementação do Plano de Bacias, tem apresentado grandes avanços, principalmente quanto ao próprio processo de revisão do Plano, com ações robustas possibilitadas a partir de discussões aprofundadas em temas que era poucos abordados. Frente a um cenário de constante de evolução nos índices de esgotamento sanitário, as discussões no âmbito da revisão do Plano de Bacias

trouxeram para a agenda dos Comitês PCJ a questão do tratamento avançando para remoção de nutrientes.

Importante aspecto a ser destacado é a indicação dos municípios definidos como prioritários no Plano de Bacias para serem tomadores de recursos financeiros, advindos das Cobranças PCJ e FEHIDRO, no financiamento de projetos. Tal indicação demonstra avanço sobre um considerável gargalo, que são os municípios os quais limitações orçamentárias e técnicas, e baixos índices coleta e tratamento de esgoto, além de perdas elevadas nos sistemas de distribuição de água, quem impactam significativamente na situação das Bacias PCJ.

Neste sentido, e diante do que foi apresentado, a Agência das Bacias PCJ, junto com os Comitês PCJ, têm buscando, por meio de ações específicas do PAP e através dos projetos de tomadores de recurso, formas de alcançar as metas definidas no Plano de Bacias, e identificar as dificuldades (gargalos) a serem superados.

ANEXO I - PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL - PAP-PCJ 2017/2020 - REVISÃO 2019

ITEM	GRUPOS	AÇÕES PREVISTAS	2017 (Contratado)	2018 (Contratado)	2019 (Contratado)	2020 (a contratar)	TOTAL	%
TOTAL			R\$ 27.643.584,27	R\$ 23.667.254,90	R\$ 17.108.446,10	R\$ 33.659.209,90	R\$ 102.078.495,17	100,00
I	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	SUBTOTAL I	R\$ 1.748.177,82	R\$ 3.252.899,10	R\$ 3.659.988,97	R\$ 8.876.514,59	R\$ 17.537.580,48	17,18
		1 - Ações no Âmbito da Política de Monitoramento e Gestão da Informação	R\$ 325,00	R\$ 1.505.046,28	R\$ 2.455.284,97	R\$ 5.876.514,59	R\$ 9.837.170,84	-
		a - Gerenciamento e acompanhamento do desenvolvimento de atualizações para o SSD PCJ	R\$ 325,00	R\$ 325,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 650,00	-
		b - Informações Hidrometeorológicas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		c1 - Informações Hidrológicas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.181.799,56	R\$ 2.200.000,00	R\$ 4.381.799,56	-
		c2 - Desenvolvimento de modelo de previsão de vazão com base em previsões meteorológicas	R\$ 0,00	R\$ 783.570,00	R\$ 0,00	R\$ 700.000,00	R\$ 1.483.570,00	-
		d - Informações de qualidade das águas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 273.485,41	R\$ 2.976.514,59	R\$ 3.250.000,00	-
		e - Informações de Águas Subterrâneas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação	R\$ 0,00	R\$ 721.151,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 721.151,28	-
		f - Estruturação e apoio ao funcionamento da Sala de Situação (Elaboração do manual de operação e integração de dados)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		2 - Ações de Tecnologia da Informação na Agência das Bacias PCJ	R\$ 398.366,64	R\$ 398.366,64	R\$ 1.204.704,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 3.501.437,28	-
		3 - Serviço de apoio operacional à Coordenação de Sistema de Informações	R\$ 1.349.486,18	R\$ 1.349.486,18	R\$ 0,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 4.198.972,36	-

II	PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA	SUBTOTAL II	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
		1 - Encaminhamento e acompanhamento das discussões da proposta de enquadramento junto aos Conselhos Estaduais de Minas Gerais e São Paulo e Conselho Nacional	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		2 - Contratação de Estudos e propostas de melhorias da eficiência operacional das ETes municipais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		3 - Acompanhamento das ações e resultados nos trechos reenquadráveis visando a manutenção dos cursos d'água nas classes de qualidade	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
III	PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS	SUBTOTAL III	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
		1- Revisão/Atualização dos objetivos da Política Municipal de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		2 - Definição das etapas de implantação da Política Municipal de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
IV	POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS	SUBTOTAL IV	R\$ 2.047.248,56	R\$ 966.298,32	R\$ 2.166.542,63	R\$ 8.115.238,49	R\$ 13.295.328,00	13,02
		1- Programa de Recuperação, Conservação e Proteção de Áreas	R\$ 558.005,30	R\$ 15.200,00	R\$ 481.978,69	R\$ 3.444.816,01	R\$ 4.500.000,00	-
		a) Estudos e Projetos	R\$ 558.005,30	R\$ 15.200,00	R\$ 0,00	R\$ 2.176.794,70	R\$ 2.750.000,00	-
		b) Serviços	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 481.978,69	R\$ 1.268.021,31	R\$ 1.750.000,00	-
		2- Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA-PCJ	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.350.000,00	R\$ 2.350.000,00	-
		a) PSA - Ações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.001.480,94	R\$ 2.001.480,94	-
		b) Pro-PSA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		c) PSA-Pagamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 348.519,06	R\$ 348.519,06	-
		3 - Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais de Interesse Regional - APRM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		a) Estudos e projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		b) Serviços	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		4) Proteção da MATA ATLÂNTICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 208.328,00	R\$ 208.328,00	-
		a) Estudos e projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 208.328,00	R\$ 208.328,00	-

		b) Serviços	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		5- LUISA	R\$ 1.117.243,26	R\$ 0,00	R\$ 793.435,38	R\$ 206.564,62	R\$ 2.117.243,26	-
		6 - Parceria com a AGENCAMP / SOS Mata Atlântica	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	-
		7- Contratação de serviço de apoio operacional à Diretoria Técnica/área ambiental	R\$ 0,00	R\$ 866.098,32	R\$ 891.128,56	R\$ 905.529,86	R\$ 2.662.756,74	-
		8- Plano Diretor Florestal	R\$ 372.000,00	R\$ 85.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 457.000,00	-
		SUBTOTAL V	R\$ 5.744.661,36	R\$ 8.251.455,15	R\$ 2.909.861,70	R\$ 2.550.000,00	R\$ 19.455.978,21	19,06
V	RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA	1 - Contratação de prestação de serviços visando estudos para melhoria da eficiência dos sistemas para lodo de ETA e ETE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		2 - Remuneração do Agente Técnico	R\$ 2.426.730,96	R\$ 420.000,00	R\$ 525.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.371.730,96	-
		3 - Contratação de Serviços visando a Elaboração do Plano Diretor de Reúso	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	-
		4 - Contratação de ações no âmbito da Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 155.681,52	R\$ 1.750.000,00	R\$ 1.905.681,52	-
		a) Plano de Segurança da Água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 155.681,52	R\$ 0,00	R\$ 155.681,52	-
		b) Índice de Salubridade Ambiental	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		c) Estudo Sobre condições de tratabilidade da água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.750.000,00	R\$ 1.750.000,00	-
		5 - Contratação de Estudo visando adequação das ETEs industriais visando o enquadramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	-
		6 - Elaboração de Projetos Básicos ou Executivos e Licenciamento para ETEs municipais	R\$ 0,00	R\$ 567.416,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 567.416,50	-
		7 - Ações a serem financiadas como demanda espontânea	R\$ 3.317.930,40	R\$ 7.264.038,65	R\$ 2.229.180,18	R\$ 0,00	R\$ 12.811.149,23	-
VI	PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA	SUBTOTAL VI	R\$ 12.570.046,81	R\$ 1.310.024,54	R\$ 1.310.024,54	R\$ 600.000,00	R\$ 15.790.095,89	15,47
		1- Ações a serem financiadas como demanda espontânea	R\$ 11.260.022,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.260.022,27	-

		2 - Contratação de serviço de apoio operacional à coordenação de Projetos	R\$ 1.310.024,54	R\$ 1.310.024,54	R\$ 1.310.024,54	R\$ 600.000,00	R\$ 4.530.073,62	-
VII	CADASTROS E OUTORGAS	SUBTOTAL VII	R\$ 1.955.910,70	R\$ 2.905.642,70	R\$ 1.955.910,70	R\$ 1.500.000,00	R\$ 8.317.464,10	8,15
		1 - Apoio aos trabalhos de Fiscalização, Cadastramento, Licenciamento e Regularização de outorgas de poços tubulares profundos e captações superficiais	R\$ 1.955.910,70	R\$ 1.955.910,70	R\$ 1.955.910,70	R\$ 900.000,00	R\$ 6.767.732,10	-
		2 - Parceria com entidades ligadas ao setor para realização de outorgas de uso no meio rural e apoio a medições de vazão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	-
		3 - Desenvolvimento do Sistema de cobrança e estudos para renovação dos valores da Cobrança PCJ	R\$ 0,00	R\$ 949.732,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	R\$ 1.449.732,00	-
VIII	MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO	SUBTOTAL VIII	R\$ 225.527,57	R\$ 1.685.886,96	R\$ 749.993,32	R\$ 2.310.000,00	R\$ 4.971.407,85	4,87
		1 - Bacia do Rio Jundiá	R\$ 0,00	R\$ 1.484.226,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.484.226,96	-
		2- Bacia do Rio Capivari	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	-
		3 - Revisão PDM Ribeirão Quilombo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		4 - Canal de Piracaia e Rio Atibainha	R\$ 225.527,57	R\$ 0,00	R\$ 749.993,32	R\$ 0,00	R\$ 975.520,89	-
		5- Rio Camanducaia	R\$ 0,00	R\$ 201.660,00	R\$ 0,00	R\$ 310.000,00	R\$ 511.660,00	-
		6 - Córrego Divinéia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
IX	PLANOS DIRETORES E ESTUDOS	SUBTOTAL IX	R\$ 393.460,50	R\$ 476.976,00	R\$ 32.719,32	R\$ 2.300.000,00	R\$ 3.203.155,82	3,14
		1- Plano Municipal de Saneamento Básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		2 - Plano Diretor de Combate às Perdas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		3 - Plano de Bacias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 32.719,32	R\$ 0,00	R\$ 32.719,32	-
		4 - Estudo de Alternativas para Abastecimento público na Bacia do Rio Corumbataí	R\$ 0,00	R\$ 476.976,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 476.976,00	-
		5 - Estudo para definição de áreas de restrição e Controle de Captação e Uso das Águas Subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	-
		6 - Estudo de Avaliação da Disponibilidade Hídrica e recarga do Sistema Aquífero Guarani	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-

		7 - Contratação de prestação de serviços para desenvolvimento de metodologia visando a definição de uso insignificante nas Bacias PCJ	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		8 - Estudos para caracterização das fontes de poluição difusa nas áreas urbanas e rurais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		9 - Estudo de Avaliação Hidrogeológica visando captação de água subterrânea	R\$ 393.460,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 393.460,50	-
		10 - Estudo de Benchmarking para perdas no sistema de abastecimento público e utilização de software de gestão e cadastro técnico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.300.000,00	R\$ 1.300.000,00	-
		SUBTOTAL X	R\$ 1.122.342,58	R\$ 880.211,09	R\$ 1.652.481,30	R\$ 1.045.669,10	R\$ 4.700.704,07	4,60
X	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL.	1 - Reavaliação do Projeto AQUAEDUCA; Construção de Sistema de Informações georreferenciado (online) como banco de boas Práticas de Educação Ambiental e outras medidas não-estruturais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		2 - Contratação de serviços para levantamento de informações, criação, impressão e divulgação do relatório de gestão anual, informativos dos Comitês PCJ, folders, banners, vídeos, publicações e materiais educativos	R\$ 208.865,96	R\$ 249.815,37	R\$ 274.330,90	R\$ 275.669,10	R\$ 1.008.681,33	-
		3 - Contratação de consultoria para transformação do Plano de Bacias (linguagem técnica) em linguagem pedagógica e produção de material específico para diversas faixas etárias	R\$ 0,00	R\$ 23.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.800,00	-
		4 - Contratação de Serviços visando implementação das ações previstas no Plano de Mídia PCJ	R\$ 400.000,00	R\$ 430.000,00	R\$ 470.000,00	R\$ 370.000,00	R\$ 1.670.000,00	-
		5 - Firmar parcerias com as Instituições de Ensino, visando oferecer aos membros das Câmaras Técnicas vagas	R\$ 99.476,62	R\$ 102.000,72	R\$ 96.150,40	R\$ 100.000,00	R\$ 397.627,74	-

		nos cursos de especialização "Lato Sensu". 1 vaga por Câmara Técnica por ano						
		6 - Firmar parcerias com instituições para promover o ensino à distância e presencial em recursos hídricos, saneamento, educação ambiental e afins, visando à realização de oficinas, cursos, seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização e de estudos e pesquisas em recursos hídricos	R\$ 414.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 414.000,00	-
		7 - Firmar parcerias com instituições para promover cursos de capacitação para operadores dos serviços de Saneamento (Escola de Saneamento)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 250.000,00	-
		8- Firmar parcerias com instituições para promover curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" de gerenciamento em águas subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 74.595,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 174.595,00	-
		9 - Construção e instalação de materiais educativos interativos que trabalhem Educação Ambiental, Recursos hídricos e promovam a divulgação do trabalho realizado pelos Comitês PCJ	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 762.000,00	R\$ 0,00	R\$ 762.000,00	-
		SUBTOTAL XI	R\$ 1.559.924,89	R\$ 3.937.861,04	R\$ 2.218.420,42	R\$ 3.173.032,06	R\$ 10.889.238,41	10,67
XI	SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ	1- Logística e Suporte às reuniões plenárias e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ	R\$ 257.261,66	R\$ 241.634,18	R\$ 228.453,02	R\$ 210.000,00	R\$ 937.348,86	-
		2 - Eventos especiais dos Comitês PCJ, tais como: evento de comemoração aos 25 anos de implantação, Intercâmaras, simpósios	R\$ 0,00	R\$ 544.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 544.000,00	-

		3 - Participação de membros dos Comitês PCJ em eventos internos das suas Câmaras Técnicas e eventos externos, tais como: Fóruns Nacional, Paulista e Mineiro de Comitês de Bacias, ABRH; ABES; ABAS; AIDRIS; ASSEMAE; Fórum das Américas e Fórum Mundial da Água, REBOB, RIOB	R\$ 325.425,78	R\$ 254.307,73	R\$ 243.586,92	R\$ 282.967,35	R\$ 1.106.287,78	-
		4 - Tecnologias para aperfeiçoamento dos Sistemas da Secretaria Executiva dos Comitês	R\$ 450.792,26	R\$ 2.371.473,94	R\$ 1.219.935,29	R\$ 1.780.064,71	R\$ 5.822.266,20	-
		5 - Contratação de serviço de apoio operacional à Secretaria Executiva	R\$ 526.445,19	R\$ 526.445,19	R\$ 526.445,19	R\$ 900.000,00	R\$ 2.479.335,57	-
		SUBTOTAL XII	R\$ 276.283,48	R\$ 0,00	R\$ 452.503,20	R\$ 2.722.496,80	R\$ 3.451.283,48	3,38
XII	APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA E JAGUARI - COMITÊ PJ	1 - Contratação de serviço de apoio operacional à coordenação de gestão para atendimento ao PJ	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 452.503,20	R\$ 452.503,20	R\$ 1.155.006,40	-
		2 - CAR - PCJ MINEIRO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
		3 - Pagamento por serviços ambientais – PSA-mineiro (Ações e pagamento)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.952.493,60	R\$ 1.952.493,60	-
		4- Reforma do Viveiro de Camanducaia	R\$ 26.283,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.283,48	-
		5 - Educação ambiental	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 317.500,00	R\$ 317.500,00	-
XIII	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS	SUBTOTAL XIII	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 466.258,86	R\$ 466.258,86	0,46
		1- Estudos de Alternativas, Projetos Básicos ou Executivos para Sistemas de Tratamento de efluentes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 466.258,86	R\$ 466.258,86	-
		2- Obras e Serviços para sistemas de Tratamento de efluentes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-

INVESTINDO NO FUTURO DAS BACIAS PCJ



COMITÊS PCJ

www.comitespcj.org.br



Agência das Bacias PCJ

www.agenciapcj.com.br